

Herzog para sempre, ditadura nunca mais!

“Nós tínhamos apostado na luta democrática. Quando o Vlado é assassinado, aquilo desmonta a gente. O melhor de nós, um cara referencial, o que mais se expôs. E [sua morte] acabou despertando a sociedade para ver que a Ditadura não tinha limites”. O marcante depoimento do cineasta João Batista de Andrade, colega de Vladimir Herzog (“Vlado”) na TV Cultura e seu amigo pessoal, abriu a homenagem realizada pela Adusp no auditório da História, em 16/11.

Pensada para relembrar o quadragésimo aniversário do assassinato do então diretor de jornalismo da TV Cultura e professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), ocorrido em outubro de 1975, a homenagem contou ainda com participação de Ivo Herzog, diretor executivo do Instituto Vladimir Herzog; do professor Dennis Oliveira, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA; e do professor César Minto, presidente da Adusp. O professor Marco Brinati, da Escola Politécnica (EP), coordenou a mesa.

Andrade admitiu que ainda lhe é penoso tocar no assunto: “É muito difícil falar do Vlado, porque eu sinto uma emoção muito grande”. Embora fosse ligado ao “Partidão” — Partido Comunista Brasileiro (PCB), que optou por enfrentar a Ditadura Militar por meio da “luta democrática” e não da guerrilha — o cineasta teve amigos que tombaram na luta armada contra o regime. No entanto, foi a morte de Herzog a que mais comoveu a ele e a outras pessoas do seu círculo de amizades, “porque Vlado representava uma generosidade imensa”, disse.

O cinema aproximou-os, recordou Andrade, porque “Vlado inicialmente tendia a ser cineasta” e



Fotos: Daniel Garcia

Homenagem realizada na História em 16/11. No destaque, João Batista de Andrade

ambos tinham amigos cineastas em comum, como Jean-Claude

Bernardet, Maurice Capovilla, Luis Sérgio Person. No entanto, “Vlado optou pelo jornalismo porque teria um acesso maior à sociedade”, avalia ele, que foi convidado para trabalhar no telejornal “Hora da Notícia”, da TV Cultura, para fazer especiais.

“Vlado acreditava que os intelectuais teriam um papel importante na superação da Ditadura no Brasil. Isso me pegava inteiramente. Era uma pessoa-chave para a gente”, explicou, referindo-se a um numeroso grupo de pessoas ligadas ao PCB, que acreditavam na possibilidade de “mobilizar a sociedade, para que da própria sociedade viesse um movimento para superar a Ditadura”. Em 2005, Andrade dirigiu o documentário *Vlado, 30 anos depois*.

Concentração. Por produzir um “jornalismo crítico, independente, autônomo” na TV Cultura é que Herzog foi punido, disse o jornalista e professor Dennis Oliveira. Ele destacou que, decorridos

trinta anos do final da Ditadura Militar, ainda persistem no país entraves à plena democratização.

“Vivemos uma sociedade em que a Polícia Militar mata duas pessoas por dia e temos regiões que vivem em estado de sítio permanente, com torturas em delegacias, execuções, invasões de domicílio”, assinalou o professor da ECA, que também é pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb), observando serem essas típicas ações ditatoriais. “A periferia não vivencia a democracia”.

Oliveira apontou que, no Brasil, a “concentração brutal” dos meios de comunicação de massa, surgida precisamente durante a Ditadura — e que se mantém apesar de a legislação proibir a existência de oligopólio e monopólios no setor — impede a plena realização do jornalismo. Notou que a TV Cultura passa hoje por “dificuldades imensas”.

No seu entender, é fundamental para uma sociedade conhecer sua própria história. Celebrar a memória de Herzog, enfatizou, permite refletir sobre questões nevrálgicas do passado ainda exis-

tentes no presente. “Esta luta de Vladimir Herzog continua. A luta democrática necessita do nosso engajamento”, afirmou ele.

Atiradores. Ivo Herzog, filho de Vladimir, agradeceu à Adusp pela homenagem e disse ter orgulho de haver estudado na USP, como seus pais. “Viver a USP, viver o *campus* universitário, é de uma riqueza incrível”, comentou. Ele chamou a atenção dos jovens presentes para o fato de que, se hoje as universidades públicas atendem a número maior de estudantes, isso se deve à luta das gerações anteriores. Também citou estatística segundo a qual entre 70% e 80% das pessoas assassinadas pela PM são jovens.

Ivo criticou a cobertura que a mídia vem dando ao desastre ambiental de Mariana (MG). A seu ver, houve “muito espaço para a França” (o massacre perpetrado pelo Estado Islâmico em Paris), mas “pouco espaço para o que aconteceu há dez dias em Minas Gerais”. O principal acionista da Vale do Rio Doce — que divide com a empresa australiana BHP o controle da mi-

continua na p. 2

Assembleia Adusp 2/12, 4ª feira, 17h às 20h, Anf. da Geografia

- Política de contratação na USP
- Delegação para o 35º Congresso do Andes-SN

Diretor nega ultimato a cursinho e garante que fundações privadas deixaram prédios da FEA “há mais de dez anos”

O *Informativo Adusp* 410 noticiou que a Congregação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) autorizou o funcionamento do cursinho pré-vestibular oferecido por alunos, que vinha sofrendo pressão da direção da unidade (<http://goo.gl/nh0nhr>).

A resposta do diretor, professor Adalberto Fischmann, às perguntas encaminhadas pela reportagem chegou após o fechamento da edição. Ele explica que a regularização do uso do espaço da FEA pelo cursinho pré-vestibular “depende da formalização de Termo de Permissão de Uso”, devendo ser preenchidos os seguintes requisitos: “constituição regular da associação e comprovação de vínculo com a comunidade acadêmica”, “declaração de inexistência de cobrança de mensalidade”, “croqui do espaço”, “justificativa de interesse público” e “aprovação pela COP e CLR”.

Tais orientações “foram dadas pela Procuradoria Geral e acatadas por todos”, e o cursinho “também

ficou de estudar alternativas para viabilizar a manutenção das aulas aos sábados, abrangendo segurança, vigilância e limpeza, assim como a confecção de crachás”.

Contraponto. O diretor da FEA também nega algumas das afirmações feitas na matéria citada, quanto às ameaças à continuidade do cursinho em dependências da unidade e à relação entre o professor e fundações privadas ditas de apoio, especialmente a Fundação Instituto de Administração (FIA). Ao contrário do afirmado na matéria, diz que jamais presidiu qualquer fundação.

“Não foi dado ultimato ao cursinho. Deve ser esclarecido que houve apenas dois encontros com os dirigentes, nos quais foi levantada a questão de grande número de pessoas nas tardes de sábado, quando a FEA não tem possibilidade de oferecer condições adequadas para a atividade do cursinho. Foi então sugerido ao cursinho procurar espaço

apropriado junto a um potencial parceiro, visto que aos sábados muitas organizações têm disponibilidade de espaço. Quanto às aulas nos demais dias da semana, foi informado que seria perfeitamente possível continuar na FEA”.

Sobre as entidades privadas, declara: “Nunca fui presidente de fundação. Nenhuma fundação atua nos prédios da FEA há mais de 10 anos. O último curso dado pela Fipe com

a chancela da USP foi encerrado”.

Nota da Redação. O *Informativo Adusp* agradece ao professor Fischmann os esclarecimentos prestados. No tocante às fundações ditas “de apoio”, contudo, causa estranheza a declaração do diretor de que nenhuma delas “atua nos prédios da FEA há mais de 10 anos”, que não coincide em absoluto com as informações que possuímos.

continuação da matéria de capa

neradora Samarco — é o banco Bradesco, coincidentemente também o principal acionista do jornal *O Estado de S. Paulo*, observou.

No Brasil, “a democracia foi conquistada pacificamente”, enfatizou o presidente do Instituto Vladimir Herzog. Imediatamente antes do ato ecumênico celebrado na Catedral da Sé, em 1975, generais ameaçaram dom Paulo Evaristo Arns, insinuando que ele poderia se tornar responsável por um “banho de sangue”. A Praça da Sé estaria cercada por atiradores de elite, prontos para disparar à menor provocação. Assim, para Ivo, a chegada à Catedral e a saída dos manifestantes, em paz, é que, em última análise, abriram caminho ao fim da Ditadura.

Impunes. “Ainda hoje, as atrocidades cometidas por agentes da Ditadura Militar continuam impunes”, disse o professor César Minto. “No episódio que resultou na morte de Vlado, o general que comandava o II Exército foi apenas exonerado. Anos depois, morreu sem responder por seus crimes. E os torturadores que agiram sob as

suas ordens no DOI-CODI continuam soltos e impunes”.

Assim, a Lei da Anistia de 1979 precisa ser revista, “de modo a permitir que os agentes públicos implicados com o Terrorismo de Estado venham a ser processados por seus crimes”. O presidente da Adusp registrou que há indícios de permanência do regime militar, como o extermínio de jovens negros e pobres praticado pela PM.

Relembrar a trajetória de Vlado permite combater o esquecimento que favorece os defensores da Ditadura. “Por isso nos interessa falar do Vlado jornalista, que honrou como poucos essa profissão. Por isso nos interessa também falar do Vlado professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, um vínculo que essa universidade esqueceu deliberadamente e por muitos anos”.

Na USP, o episódio gerou mudanças: a indignação provocada pela morte do jovem professor “conduziu à transformação da antiga Associação dos Auxiliares de Ensino na Associação dos Docentes, a nossa Adusp” (vide íntegra em <http://bit.ly/1HZB9Fw>).

GT em Direitos Humanos da Adusp expõe caso de Gabriel Scarcelli à Congregação do IP

Foi agendada para 23/11 uma explanação do Grupo de Trabalho em Direitos Humanos da Adusp (GT-DH) à Congregação do Instituto de Psicologia (IP) sobre o caso de Gabriel Scarcelli Barbosa, preso no Centro de Detenção Provisória IV de Pinheiros (CDP IV) desde 21/6 deste ano, em razão de prisão preventiva decretada pela 16ª Vara Criminal.

Filho da professora Ianni Scarcelli, do IP, Gabriel é acusado de participar de uma quadrilha de roubo de carros e foi preso na Pizzaria “1900” da Vila Mariana, em São Paulo, onde trabalhava havia seis anos, pelo delegado Kleber Massayoshi Isshiki, da Polícia Federal (PF).

A reunião aberta da Congregação do IP será realizada no Auditório Aurora Furtado (Sala 20, bloco B), das 14 às 15 horas. Em 24/8, a Congregação expressou repúdio às perseguições sofridas por Gabriel e denunciou a “sanha punitiva” do delegado da PF.

Competência. Vítima de assalto à mão armada em 2013, Kleber passou a investigar roubos de carros supostamente relacionados com esse caso, embora esse tipo de crime não seja competência da Polícia Federal. Pesquisou no Facebook e levantou fotografias de

amigos de um dos acusados do crime. Desse modo, o delegado da PF identificou diversos jovens do mesmo bairro como suspeitos de integrar uma quadrilha de roubo de carros, chegando assim aos nomes de Gabriel Scarcelli, Magno Nascimento e outros. Gabriel foi reconhecido pelas vítimas em dois casos e passou a responder a três processos-crime por roubo. Magno tornou-se réu em dez processos, em alguns dos quais já foi absolvido.

Ianni aponta a irregularidade na forma como Gabriel e Magno foram reconhecidos, pois “as fotos apresentadas às vítimas, cerca de sete meses após o ocorrido, serviram para corroborar os reconhecimentos pessoais, feitos quase dois anos depois dos fatos”.

Gabriel obteve um *habeas corpus* em 20/7, no Tribunal de Justiça (TJ-SP). No entanto, foi mantido no CDP, pois Kleber — continuando a atuar de modo ilegal no caso, uma vez que a Justiça Federal já determinara a remessa dos autos para a Justiça Estadual — pediu e conseguiu nova ordem de prisão preventiva contra ele, expedida pela juíza da 16ª Vara Criminal. Novos pedidos de *habeas corpus* foram impetrados em favor de Gabriel, porém rejeitados.

Co de 10/11 aprova retrocesso na eleição de presidentes de comissões estatutárias

A reunião do Conselho Universitário (Co) de 10/11 discutiu e deliberou novas alterações no Estatuto e no Regimento da USP, relativas à eleição de dirigentes da universidade. Foram votados e incorporados artigos específicos de um texto básico já aprovado na reunião do Co de 13/10, e que dizem respeito à escolha de: diretor e vice-diretor de unidades (inclusive museus e institutos especializados); chefe e vice-chefe de departamentos; presidentes das comissões estatutárias; representantes das categorias docentes no Co.

Tanto a eleição de diretores e vice-diretores de unidades como a de chefes e vice-chefes de departamento serão realizadas por meio de chapas, com votação em dois turnos, caso necessário. Professores titulares e associados interessados deverão inscrever previamente suas candidaturas, acompanhadas dos respectivos programas de gestão. Outra condição é que os candidatos se desincompatibilizem de outros eventuais cargos que venham exercendo.

Nas eleições de presidentes e vice-presidentes das comissões estatutárias das unidades, os candidatos deverão formar chapas, mas

a escolha será de responsabilidade das congregações. Atualmente, a eleição é realizada no âmbito das próprias comissões, entre os membros que as compõem.

Arejamento? O professor Luiz Silveira Menna Barreto, representante da Congregação da EACH, critica a maneira como o Co discutiu as alterações. Para ele, a proposta da Reitoria de atualizar as normas da USP, supostamente para atender às reivindicações da comunidade universitária por mais democracia na escolha de dirigentes, “não se consolidou no que diz respeito ao amplo debate, resumindo-se a deliberações que nem sempre convivem bem com o tal anseio da comunidade”.

A seu ver, a reunião do Co de 10/11 “foi um exemplo claro desse processo no qual, apesar de se anunciar arejamento democrático, delibera-se pela manutenção das regras atuais e, em alguns casos, por evidentes retrocessos, como é o caso da decisão de condicionar os mandatos dos presidentes das comissões estatutárias ao mandato dos diretores, por analogia ao mandato dos pró-reitores limitados pelo mandato reitoral”.

Ainda sobre esse tópico, prossegue: “A proposta original da Reitoria era de simples indicação dos presidentes das comissões pelo diretor, proposta que acabou sendo retirada, decidindo-se então pela nomeação da presidência pelas congregações — presidentes que podem ou não ser indicados dentre os membros. Para nós da EACH o retrocesso me parece óbvio”, destacou Menna.

Por outro lado, aponta uma novidade: “Em contraste de certa forma surpreendente as sessões dos colegiados em geral e do Co em particular poderão ser transmitidas ao vivo pelo IPTV — o reitor anunciou que a próxima, prevista para 8/12, será transmitida. Sugiro fortemente que a comunidade eachiana acompanhe essa reunião para poder avaliar como funciona o órgão máximo da USP”.

Creches. O professor José Renato Araújo, representante dos professores doutores no Co (confira em <http://goo.gl/tmLVIV>), interveio no debate para comentar a situação das creches, que vêm sofrendo um processo de “extinção de suas atividades”. Lembrou aos presentes que, no início de 2015,

“nenhuma nova criança foi selecionada para as cinco creches da USP”. Na sua opinião, ressaltou, a questão das creches “deveria ser ponto específico de pauta do Co, que não pode se furtrar a discutir questão tão relevante”, ainda mais “agora que o Co vem discutindo o orçamento”. A reunião de 8/12 deverá aprovar o orçamento para 2016.

O reitor M.A. Zago respondeu a Araújo “que o custo das creches não era um segredo da USP”, segundo relatou o representante dos professores doutores, “pois ele pessoalmente já havia comunicado ao Co [...] os valores totais dos gastos da USP com tal questão”: R\$ 24 milhões anuais com as creches da USP, e outros R\$ 22 milhões com o pagamento do auxílio-creche a docentes e funcionários administrativos.

Representantes. Também foi aprovado um sistema de eleição direta *on line* das representações dos segmentos da categoria docente (titulares, associados e doutores) no Co, precedida de debate público entre os candidatos. Anteriormente as eleições eram indiretas, por delegados das unidades.

CR renova Comissão Editorial da Revista Adusp

O Conselho de Representantes da Adusp (CR) deliberou em 9/11/2015 sobre a renovação parcial da Comissão Editorial da *Revista Adusp*. Permaneceram Marcos Barbosa de Oliveira (FE) e Pedro Paulo Chieffi (FM), que manifestaram interesse em continuar na Comissão, e foram indicados Áurea Maria Zöllner Ianni (FSP) e Maria Luisa Sandoval Schmidt (IP), como titulares, e os conselheiros Jean Pierre Chauvin (ECA) e Tibor Raboczkay (IQ), como suplentes.

Primavera Borelli (FCF) e Sumaya Mattar (ECA), que já haviam cumprido um primeiro mandato, optaram por deixar a Comissão.

O mandato dos membros eleitos para a Comissão na reunião de 9/11 do CR será de quatro anos, compreendendo o período de novembro de 2015 a outubro de 2019.

TJ-SP suspende a liminar que afastou vice-reitora da Unesp

A Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) impetrou mandado de segurança contra o Conselho Universitário da Unesp e a vice-reitora, professora Marilza Vieira da Cunha Rudge, ante a decisão do Conselho de manter no exercício da função a vice-reitora, mesmo após sua aposentadoria compulsória aos setenta anos.

Em caráter liminar, o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, Antonio Augusto Galvão de França, concedeu a medida para afastamento imediato de Marilza Rudge, sob os seguintes fundamentos:

“Ainda nesse desiderato, ressaltando que, ao menos por ora, não foi regulamentada, por Lei Complementar, a Emenda Constitucional que elevou o teto de aposentadoria dos servidores públicos para 75

anos, pelo que ainda vigora o limite de 70 anos, não podendo o ‘princípio da autonomia universitária’ ser utilizado contra expressa disposição constitucional em contrário.

No que concerne à ‘urgência da medida’, devem ser, a priori, acolhidas as ponderações da impetrante, no sentido de que a manutenção indevida da Vice-Reitora em seu cargo, e da eventual manutenção do Reitor após a aposentadoria compulsória, gera insegurança jurídica, com potenciais prejuízos à Unesp e aos docentes representados pela parte autora, na medida em que os atos praticados em nome da Universidade poderão ter sua validade e eficácia questionados”.

Após recurso da Unesp, alegando que o afastamento repentino da vice-reitora causará grave prejuízo institucional, o Tribunal

de Justiça (TJ-SP) suspendeu os efeitos da liminar até a sentença, a ser proferida pelo mesmo juiz que apreciou a liminar.

Paralelamente, a Assessoria Jurídica da Adunesp ingressou com recurso de agravo para tentar derrubar imediatamente a suspensão da medida, reafirmando, entre outros argumentos, que o grave prejuízo institucional ocorrerá, isso sim, se a Unesp mantiver a docente no cargo, com a nulidade de todos os atos por ela emanados após sua aposentadoria; e que não se trata, em absoluto, de afastamento repentino, mas de ato programado na vida do servidor, absolutamente cientes tanto a professora Marilza Rudge quanto o Conselho Universitário de que ela completaria setenta anos ainda durante seu mandato.

Ocupações se espalham e Alckmin suspende a reorganização das escolas

Aumentou para 58 o número de escolas da rede estadual ocupadas por estudantes, em protesto contra medida da Secretaria Estadual de Educação (SEE-SP) de reorganizar as escolas estaduais por ciclos de ensino. O dado foi fornecido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial (Apeoesp), em 18/11. O governo de Geraldo Alckmin (PSDB) pretende fechar 94 escolas em todo o Estado, transferindo cerca de 311 mil estudantes para outros estabelecimentos.

Por outro lado, uma decisão judicial liminar suspendeu o fechamento da Escola Estadual Braz Cubas, localizada em Santos, pretendido pelo governo como

parte do projeto de reorganização da rede.

No início da tarde de 18/11, a Escola Estadual Professor Antônio de Mello Cotrim, em Piracicaba (SP), foi ocupada por cerca de 40 estudantes.

No âmbito estadual, o movimento vem recebendo apoio de professores e pais de alunos, bem como de organizações estudantis e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que ocupou três escolas em 13/11. Em alguns casos, como em Campinas, houve violência da PM contra professores e estudantes.

“Tiro no pé”? A Escola Estadual Fernão Dias Paes, localiza-

da no bairro de Pinheiros, na capital, foi a primeira a ser ocupada, em 10/11. A SEE-SP, em nota, chegou a lamentar “a ação que interrompeu as aulas e provocou o fechamento da E.E. Fernão Dias Paes”, considerando as manifestações “legítimas, desde que não desrespeitem a lei e o direito de estudar dos alunos”. Dois dias depois, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) determinou a reintegração de posse da escola, alegando ser “inaceitável” que os estudantes tenham impedido o funcionamento do prédio.

Porém, após recurso impetrado pelos advogados da Apeoesp, o TJ-SP derrubou a decisão. A medida,

que pretendia pressionar os estudantes a saírem, teve efeito contrário: no mesmo dia e sob o lema “um despejo, outra ocupação”, outras seis escolas foram ocupadas. Desde então, na medida em que o movimento crescia, o governo fez diversos pedidos de reintegração de posse, mas nenhuma escola chegou a ser desocupada pela PM até 19/11, data de fechamento desta edição.

Em tempo. O secretário Voorwald anunciou em 19/11, durante audiência de conciliação no TJ-SP, a suspensão do plano de reorganização da rede. Trata-se de uma evidente vitória da mobilização estudantil e da Apeoesp.

Plano Estadual de Educação: negociar é preciso!

A última audiência pública sobre o PEE, ocorrida em 27/10 na Assembleia Legislativa (Alesp), obteve forte repercussão política (<http://goo.gl/LAHZXX>). Isso forçou a liderança do governo Alckmin na Alesp a marcar uma reunião com representantes dos partidos de oposição (PCdoB, PSOL e PT), da Adusp, da Apeoesp, da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) e do Fórum Estadual de Educação (FEE).

Seria uma reunião de negociação, com o objetivo de analisar a possibilidade de construir uma emenda aglutinativa que contemple propostas oriundas dos dois projetos de PEE alternativos ao do governo estadual: o construído pela Adusp e representantes de outras entidades educacionais e o construído pelo FEE.

A reunião ocorreu no dia 12/11 e foi antecedida, por sugestão do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adusp, de uma reunião preparatória com representantes dos três partidos, do FEE e das três entidades, com o objetivo de acertar uma pauta conjunta de propostas para negociação. A Adusp esteve representada, em ambas as ocasiões, pela professora Lisete Arelaro e pelo professor João Zanetic.

Na reunião preparatória, com argumentos diversos, foram destacados como essenciais: 1. definição de financiamento mai-

or para a educação pública; 2. valorização do magistério da educação básica (salário digno, redução do número de estudantes por sala de aula, instalação de laboratórios e bibliotecas nas escolas); 3. construção de uma carreira do magistério bem formatada, que supere a atual, que destruiu o magistério paulista; 4. posicionamento contrário às metas 21, 22 e 23, acrescentadas ao projeto do governo por intervenção extemporânea do Executivo; 5. proibição de transferência de recursos públicos para o setor privado da educação; 6. defesa da presença no PEE das questões relativas a gênero e diferenças étnico-raciais; 7. implementação da gestão democrática na educação.

A Meta 21 invade o espaço de deliberação dos municípios sobre a municipalização do ensino; a Meta 22 inclui uma reforma no Ensino Médio sem discussão alguma com a comunidade educacional; e a Meta 23 interfere unilateralmente na formação dos quadros docente e técnico da educação básica.

Entrevero. Encerrada a reunião preparatória, dirigimo-nos ao gabinete da liderança do governo, onde aconteceu um breve entrevero, pois a sala estava quase lotada, porque o professor João Palma Filho, represen-

tante do FEE, lá presente e alegando que a reunião era pública, havia convidado, de forma arbitrária, representantes de várias entidades.

Fomos para outra sala, onde se iniciou a reunião de “negociação” com o líder do governo, deputado Cauê Macris (PSDB). Ele abriu a reunião dizendo que o objetivo era “ouvir as propostas dos dois projetos alternativos”, que seria preciso “estabelecer um debate franco e aberto sobre o PEE”, que “não temos pressa para aprovar o PEE”, “todos temos que ceder” etc.

Sobre “não ter pressa” para aprovar o PEE, manifestamo-nos contrariamente à fala de Macris, sugerindo o prazo de um mês para o encerramento das “negociações” e o consequente envio do PEE para votação no plenário até a segunda semana de dezembro. O deputado disse, por fim, que procuraria o presidente da Alesp, indicando o envio do PEE ao plenário antes da votação do orçamento de 2016. Em seguida, deu a palavra ao FEE, à Adusp, Apeoesp e UEE.

As entidades apresentaram e defenderam praticamente a mesma lista de prioridades definida na reunião preparatória. A fala da representante da UEE, porém, surpreendeu com temas não citados na reunião preparatória, tais como: vestibular unificado nas três universidades públicas

estaduais; defesa do FIES e ProUni, que “são exigidos por 91% da base da UEE”, estudantes das instituições privadas; garantir “os recursos advindos do Prê-Sal paulista para a educação”.

A maior surpresa dessa reunião ocorreu durante a exposição da representante da Apeoesp: no momento em que ela defendia a exclusão das metas 21, 22 e 23, João Palma Filho a interrompeu, afirmando que foi “convencido pelo Herman [Voorwald, secretário estadual da Educação] sobre a justiça dessas metas” e, portanto, deixou de ser “contrário a elas”. A afirmação contrasta com seu eloquente posicionamento favorável à exclusão, reiterado em todas as seis audiências públicas promovidas pela Alesp (vide *Informativo Adusp* 410). Uma atitude estranhíssima, que não refletia a posição do FEE.

Ao final da reunião, o líder do governo disse que avisou Voorwald de que o PEE do governo seria modificado, “fruto dessas negociações”, que anotou “ponto a ponto o que foi dito na reunião” e iria avaliar o que pode ser aceito. Questionado sobre o prosseguimento das negociações, afirmou que acertaria com os deputados Raul Marcelo (PSOL) e João Paulo Rillo (PT) a continuidade das conversas. Estamos aguardando nova rodada de negociação.